



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

## **O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010**

Ana Paula Lopes Ferreira (ifch/ufrgs)

Mariana Werner de Lemos (nusp/ufpr)

Nárika Paola Sirino (nepri/ufpr)

**newsletter**

v. 2 ▪ n. 8 ▪ junho, 2015

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010

Ana Paula Lopes Ferreira (ifch/ufrgs) \*

Mariana Werner de Lemos (nusp/ufpr) \*\*

Nárika Paola Sirino (nepri/ufpr) \*\*\*

**Resumo:** O texto trata do perfil das deputadas federais, com origem profissional no funcionalismo público, eleitas entre 1982 e 2010. Diante da escassez de pesquisas sobre este objeto, e a fim de mostrar o perfil dessas parlamentares, testamos as seguintes hipóteses: a) *se o perfil de recrutamento das deputadas com origem no funcionalismo público brasileiro é diferente das demais parlamentares conforme o espectro ideológico do partido ao qual estão filiadas;* b) *se em relação às demais deputadas, as "deputadas funcionárias" possuem atributos de capital social capazes de contribuir para a entrada e ascensão destas na carreira política.* Os resultados evidenciam que as deputadas provenientes do funcionalismo público brasileiro possuem alguns recursos como maior disponibilidade de tempo e possibilidade de licença para se candidatarem a cargos eletivos, que refletem em projeção e consolidação de carreira, podendo ser convertidos em recursos de inclusividade e representatividade eleitoral em relação às demais parlamentares e, ainda, que o recrutamento daquelas que ocupavam posições em escalões mais altos do funcionalismo público é realizado em maioria pelos partidos de centro e de direita.

### Introdução

Em virtude da dupla jornada de trabalho, a relação positiva ou negativa entre a profissão de origem e o sucesso político é mais forte no campo feminino.

No caso das deputadas provenientes do serviço público, a dificuldade em conciliar jornadas de diferentes aspectos com a vida política poderia ser amenizada em decorrência da flexibilidade de horário e/ou de jornadas reduzidas (após atingir estabilidade no cargo, existe a possibilidade de solicitar a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias), o que pode ser uma vantagem se comparada à condição das demais mulheres para se lançar na política.

O objetivo deste pequeno artigo é traçar um retrato longitudinal do perfil das mulheres com origem profissional no funcionalismo público eleitas para a Câmara Federal brasileira entre 1982 e 2010 – período entre a Redemocratização do Brasil e a penúltima eleição para o Legislativo Federal.

Foram analisados os perfis de 24 mulheres em 51 mandatos eletivos durante oito legislaturas consecutivas (1982-2010). A unidade de análise é o mandato legislativo – uma vez que o mesmo indivíduo pode ter exercido mandato em mais de uma legislatura durante o período – e os cálculos são em função do total de indivíduos ou de mandatos, conforme a variável analisada.

Tentamos responder às seguintes questões: o perfil dessas parlamentares é o mesmo para partidos de direita, centro e esquerda? As "deputadas funcionárias" possuem atributos de capital social capazes de contribuir para a entrada e a ascensão na carreira política?

Entendemos por "funcionário público" o indivíduo que mantém vínculos trabalhistas com entidades governamentais, exercendo cargo, emprego ou função pública civil ou militar a partir de concurso ou nomeação, com vencimentos salariais (ordenados) provenientes do Estado.

São consideradas “funcionárias públicas” as parlamentares que exerceram algum cargo no setor público de alto, médio e baixo escalão, antes do primeiro mandato eletivo – conforme previsão do artigo 37 da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>.

Não são considerados cargos do funcionalismo público brasileiro as posições no Estado como secretários municipais e estaduais, chefes de gabinetes políticos e chefes da Casa Civil da Presidência da República.

Parte da produção da Ciência Política nacional volta-se para o estudo do perfil das elites políticas em geral, sem focar nesse grupo profissional específico. Este fato contrasta com o peso dos funcionários públicos no Legislativo brasileiro.

Mesmo que o seu percentual ainda seja baixo quando comparado ao de outros países, esse grupo representa a terceira categoria profissional em volume de deputados eleitos para a Câmara Federal em 2002 e 2006, logo atrás de empresários e profissionais liberais (RODRIGUES, 2006).

Este trabalho é de cunho exploratório e não busca suprir as lacunas existentes nos estudos sobre a participação feminina na vida política brasileira, e sim contribuir para o avanço do tema contemplando estudos de elites políticas no que se refere ao recrutamento político dentro de uma categoria profissional específica. Busca identificar se dentro do funcionalismo público feminino existem ou não diferenças no uso de recursos extra-políticos e se isso pode ser atributo desta categoria profissional. Sabemos que a maior parte dos estudos aponta para a baixa participação feminina nas arenas partidárias e decisórias. Deste modo, consideramos que é importante estudar se existem dentro deste universo alavancas capazes de proporcionar maior entrada de mulheres nessas arenas.

O paper está dividido em três partes.

Na primeira sessão, expomos muito brevemente a discussão da literatura sobre a participação das mulheres na política. Na segunda parte, apresentamos os dados referentes ao perfil sócio-profissional desse grupo. Os dados são apresentados: (1) por período, para que se tenha uma ideia da transformação da categoria ao longo do tempo; e (2) por bloco ideológico, para marcar as diferenças entre os partidos políticos aos quais essas deputadas estiveram filiadas. Na terceira parte do trabalho, exibimos as informações sobre as carreiras de modo a determinar padrões na trajetória política. Destacamos o cargo de estreia na Câmara dos Deputados e controlamos esses dados em função de dois parâmetros: (1) o *status* do funcionalismo (alto, médio e baixo escalões) e (2) a ideologia.

A divisão entre escalões do funcionalismo foi feita com base no poder de decisão do cargo e em sua hierarquia dentro do contexto em que está inserido. A partir deste critério, os diferentes tipos de carreiras foram divididos conforme os escalões do funcionalismo público.

No baixo escalão estão: funcionárias de órgãos públicos, técnicas e professoras de ensino médio e fundamental. Essas ocupações foram classificadas como baixo escalão por estarem na posição mais baixa da hierarquia, submetidas a ordens superiores e possuírem baixo poder de decisão. No médio escalão foram incluídas ocupações que estão em cargos intermediários de hierarquia como: chefes de departamentos ou repartições públicas, policiais, médicas, professoras universitárias e fiscais. No alto escalão estão incorporadas ocupações que se encontram no topo da hierarquia e possuem elevado poder de decisão como: diretora, coordenadora, superintendente e chefe de estatal.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

Os partidos políticos foram agregados por blocos ideológicos com base na tabela comparativa desenvolvida por Tarouco & Madeira (2013) e Codato, Costa & Cervi (2013).

Na esquerda estão as seguintes agremiações: PDT, PT, PSB, PSOL, PPS, PCdoB; no centro: PMDB, PSDB, PV; e na direita: DEM/PFL, PPB, PP, PRB, PDS, PRN, PDC. PL/PR, PTB, PSC, PSP, PRP, PMN, PT do B, PSD, PPR, PTR.

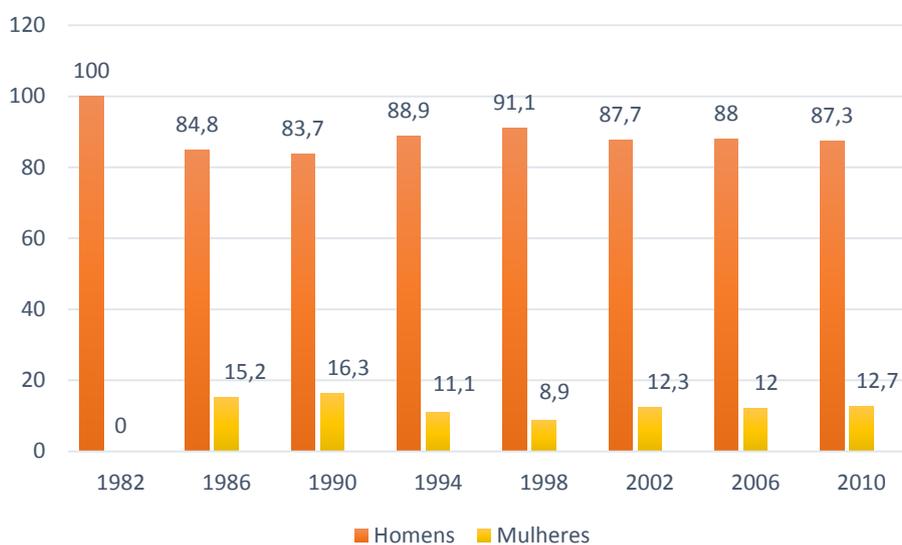
### O perfil das “funcionárias-deputadas”

A participação feminina na política brasileira em geral é baixa. Entre 1982 e 2010, 256 mandatos da Câmara Federal foram exercidos por mulheres. Dentro deste universo, 51 mandatos (19,9%) foram exercidos por 24 mulheres que vieram do funcionalismo público.

O mundo competitivo da política é mais complicado para as mulheres, uma vez que esta atividade demanda dedicação e tempo, elementos mais difíceis de serem conseguidos em decorrência da dupla jornada feminina de trabalho (Bolognesi, 2012; Norris e Lovenduski, 1995; Norris & Krook, 2014).

Como podemos perceber no Gráfico 1, comparando a presença de mulheres com origem profissional no funcionalismo público com os homens de mesma origem nota-se uma discrepância entre os dois sexos.

Gráfico 1 - Percentual de homens e mulheres com origem profissional no funcionalismo público eleitos para Câmara dos Deputados por legislatura entre 1982 e 2010 (%)



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 211; Mandatos = 462

No grupo total dos parlamentares “funcionários públicos” (Gráfico 1), elementos como a redução da jornada e a flexibilidade de horários de trabalho, assim como o direito a licença para se candidatar a cargos públicos, não contribuíram para ampliar a inclusão da categoria feminina proveniente do funcionalismo público na vida política.

A adoção do regime de quotas nos anos 1990 e depois seu aperfeiçoamento em 2009<sup>2</sup>, paradoxalmente, não melhorou muito essa situação, uma vez que ocorreu uma queda na participação dessas parlamentares, e não houve novamente a ocorrência dos percentuais das eleições de 1986 (15%) e 1990 (16%).

Quando analisamos a participação feminina como um todo na Câmara Federal desse período (1982-2010), podemos notar um crescimento significativo ao longo do tempo, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Percentual de homens e mulheres eleitos para Câmara Federal entre 1982 e 2010



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 4 034 (mandatos)

Em 1982 apenas oito casos de participação política feminina na Câmara dos Deputados foram encontrados. A participação de mulheres aumentou ao longo do período, mas até as eleições de 2010 não atingiu mais do que 8,8% como apresentado no Gráfico 2. Ainda assim, se analisarmos apenas o universo feminino, os dados apresentaram o percentual de “funcionárias públicas” superior ao total geral de mulheres. Mesmo ocorrendo um declínio ao longo das legislaturas, a participação das “funcionárias públicas” estabilizou em aproximadamente 12% (gráfico 1).

### Perfil sócio-profissional das “deputadas-funcionárias”

Qual é a feição das mulheres que saem de cargos públicos para adentrar na arena política brasileira?

<sup>2</sup> O Brasil adota cotas para candidaturas de mulheres em nível municipal desde 1995. Em 1997, essas medidas foram estendidas para todas as eleições proporcionais e estabeleceram a reserva de no mínimo 30% e no máximo 70% de vagas para cada sexo nas listas partidárias. Em 2009 foi aprovada a Lei 12.34/09, conhecida como a minirreforma eleitoral, trazendo a reafirmação da cota de gênero. Desde então, as vagas deixaram de ser reservadas e tornaram-se obrigatórias: as vagas das chapas dos partidos políticos devem ser preenchidas com, no máximo, 70% e, no mínimo, 30% de cada gênero.

A partir desta questão, objetivamos nesta seção a exposição dos dados referentes ao perfil dessa categoria na Câmara Federal, considerando formação acadêmica, região de origem e categoria de ocupação no serviço público.

Na seção seguinte trataremos apenas dos atributos políticos.

### Formação acadêmica

Trabalhos como o de Blay (2002) mostram que as deputadas federais apresentam alto nível de escolaridade, pertencem às classes sociais superiores e possuem vínculos familiares com indivíduos pertencentes à política.

No caso das “deputadas-funcionárias” o nível de escolaridade também é elevado, 87,5% apresentam ensino superior.

Tabela 1 - Área de formação das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010 (%)<sup>3</sup>

		Frequência	Porcentual
Válido	Humanas	15	62,5
	Exatas e da Terra	2	8,3
	Biológicas	4	16,7
	Sem formação superior	3	12,5
	Total	24	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 24 (indivíduos)

Em primeiro lugar, deve-se constatar que entre esse grupo parlamentar há um percentual muito baixo de deputadas sem ensino superior completo, somente 12,5%. Do ponto de vista da escolaridade formal, portanto, as deputadas-funcionárias públicas estão acima da taxa de escolaridade do conjunto do plenário da Casa, que está situado na faixa dos 82% (RODRIGUES, 2002, p. 99).

Quando desagregamos os dados por cursos de graduação, a Pedagogia e o Serviço Social estão entre aqueles mais recorrentes, representando respectivamente 16% e 12%.

A formação em Direito, por sua vez, que há muito tempo é uma das mais frequentes nos poderes legislativos do mundo (MILLER, 1995), não apresenta predominância neste grupo, tendo o mesmo percentual que a graduação em Serviço Social (12%).

<sup>3</sup> Para avaliar as áreas de formação acadêmica desses parlamentares, agrupamos os cursos de graduação por afinidade em cinco grupos diferentes: 1) **Ciências Exatas e da Terra** (Engenharias, Agronomia, Física, Matemática, Geologia, Química Industrial, Ciências Naturais, Tecnológico, Geografia e Farmácia); 2) **Ciências Biológicas** (Medicina, Enfermagem, Educação Física, Psicologia e Odontologia); 3) **Ciências Humanas** (Serviço Social, Direito, História, Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, Economia, Administração, Contabilidade, Jornalismo, Relações Públicas, Turismo, Arquitetura e Teologia); 4) **Formação Militar**; e 5) **sem formação acadêmica**.

## Região de origem

As formas específicas da estrutura social e outras características locais podem, de algum modo, aumentar ou diminuir a importância dos vários segmentos ocupacionais e profissionais, apresentando-se como celeiros de abastecimento das facções da classe política (RODRIGUES, 2002).

Segundo Miguel (2003), a região de origem pode determinar o sucesso eleitoral das mulheres dependendo do cargo ao qual concorrem.

No caso das eleições municipais, as chances das mulheres serem eleitas são duas vezes maiores nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, enquanto que ao concorrerem por cargos no Legislativo Federal, a região Sudeste apresenta melhores chances de sucesso eleitoral.

No caso das parlamentares oriundas do funcionalismo público, essa lógica não foi comprovada. Mais da metade destas mulheres foram eleitas por estados das regiões Norte e Centro-oeste, com respectivamente 33,3% e 29,2% das eleitas.

Tabela 2 – Número absoluto e percentual de deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas por região do país entre 1982 e 2010 (%)

		Frequência	Porcentual
Válido	Norte	8	33,3
	Nordeste	5	20,8
	Sul	1	4,2
	Sudeste	3	12,5
	Centro-oeste	7	29,2
	Total	24	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 24 (indivíduos)

O predomínio do Norte e Centro-oeste nesse grupo está relacionado ao número elevado de “deputadas-funcionárias” vitoriosas pelos partidos de centro nestas regiões, principalmente pelo PMDB e PSDB. Isso pode, por sua vez, estar relacionado ao crescimento regional destes partidos desde as eleições de 2000.

Os dados da Confederação Nacional de Municípios<sup>4</sup> demonstram forte aumento da presença do PSDB no Sudeste e Centro Oeste do país, assim como um crescimento marcante do PMDB em quase todas as regiões do Brasil, com exceção do Sudeste.

Assim, o desenvolvimento regional desses partidos e as maiores chances de serem eleitas no âmbito municipal nessas regiões podem ter aberto portas para uma maior inclusividade também no âmbito federal.

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: <http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/PoliticaeEleicoes/Novo8Estudo-Opoderdospartidospoliticoseleicoesmunicipais.pdf>

### Carreira profissional e política das “deputadas-funcionárias”

Para estimar a extensão e o perfil da carreira dessas deputadas, levamos em consideração duas informações:

- (1) o escalão (baixo, médio ou alto) do cargo público ocupado antes da entrada na carreira política; e
- (2) o tipo e o nível do primeiro cargo eletivo conquistado (*début* na carreira política).

Controlamos esses dados em função da variável ideologia.

### Escalões da burocracia e degraus da política

Em análise comparativa realizada por Bohn (2005) entre os senados brasileiro e norte americano sobre a participação feminina em ambos, comparando grau de escolaridade, profissão, tempo de carreira, entre outros, a autora aponta que a maioria das mulheres envolvidas no âmbito político brasileiro procede de uma elite intelectual. Assim, 35,7% exerciam profissões de professora e 21,4% de advogada.

A escolaridade refletida na profissão contribuiria para a qualificação dessas candidatas, assim como a experiência em cargos anteriores. O estudo demonstrou que essas profissionais convertem a notoriedade de seus cargos e profissões, remetendo este prestígio para a arena política. Desta perspectiva, o *status* estaria ligado à tradução do avanço educacional e profissional dessas parlamentares em meios de alcance para a projeção e consolidação de suas carreiras políticas, ou seja, para a entrada dessas mulheres na política e a permanência no exercício dos cargos eletivos.

Tabela 3 – Número absoluto e percentual de deputadas federais com origem profissional no baixo, médio e alto escalão do funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010

		Frequência	Porcentual
Válido	Baixo	9	37,5
	Médio	6	25,0
	Alto	9	37,5
	Total	24	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 24 (indivíduos)

Dentro do universo das deputadas federais com origem no funcionalismo público, encontramos predominância de determinadas ocupações dentro dos escalões. As professoras representam 65,4% do total de eleitas vindas do baixo escalão. Das que se encontram no médio escalão (22,2%) a maioria também é composta por professoras, mas do ensino superior (41,7%). Já o alto escalão do funcionalismo público representa 29,6% das eleitas desse universo, todas chefes, coordenadoras, superintendentes ou diretoras de estatais.

Outro elemento apresentado pela autora é o fato de que o ingresso e a ascensão na carreira política “pode ser uma tarefa impossível para mulheres do lar e para aquelas que não têm acesso a cuidados profissionais para seus filhos em horário de trabalho” (Bohn, 2005; p. 163). Portanto, entendemos que os benefícios de flexibilidade de horários e de licença, assim como o auxílio creche

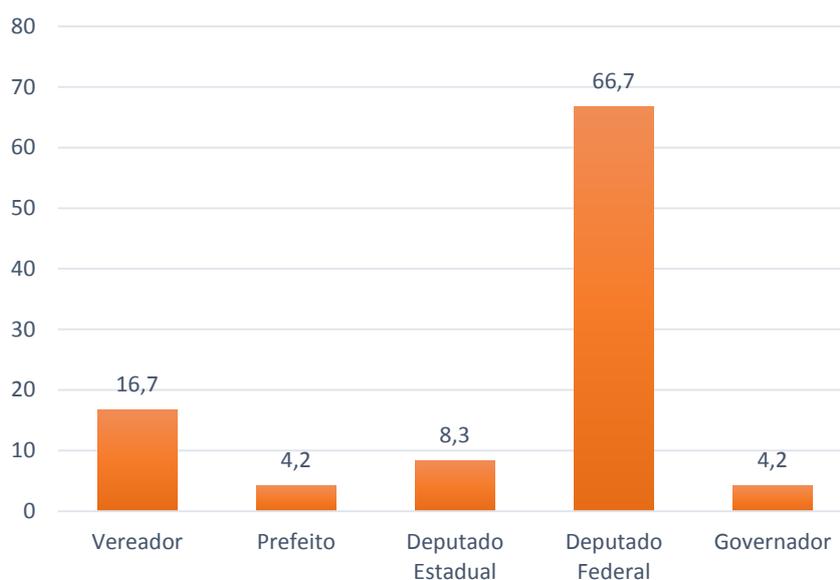
que a ocupação de funcionária pública pode proporcionar, podem contribuir para a trajetória desse grupo de deputadas. A autora complementa que o maior reconhecimento atribuído às posições de prestígio também é importante. Assim, a trajetória social das mulheres afeta diretamente o acesso delas ao meio político.

### O *début*

Segundo Araújo (2010), as mulheres que conseguem chegar ao Legislativo Federal possuem experiência anterior nos executivos estaduais ou municipais, e principalmente em cargos políticos como secretárias de nível municipal ou estadual. Além de apresentarem experiência nas esferas estaduais e/ou municipais, têm um elevado grau de comprometimento com a política e uma carreira linear.

Esse perfil que não pôde ser corroborado pelo subgrupo aqui analisado. No caso das “deputadas-funcionárias” a maioria (66,7%) é estreante na carreira política, realizando o *début* diretamente na Câmara Federal.

Gráfico 3 – Percentual de deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público por cargo de estreia na carreira política (1982-2010)



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 24 (indivíduo)

Assim, a passagem por cargos públicos pode ser convertida em recursos eleitorais, fazendo com que o indivíduo queime etapas na carreira e realize seu *début* em um cargo de notoriedade na arena política (Marengo dos Santos, 2000). O que se mostra verdade não somente com as deputadas federais oriundas do funcionalismo público, mas também com os demais ex-funcionários públicos que adentraram a Câmara Federal (Ferreira & Codato, 2014).

## Ideologia Partidária

Um estudo comparativo de Katz & Mair (1992) envolvendo 79 partidos em democracias consolidadas, mostra que os partidos de esquerda são os responsáveis por primeiro adotarem algum tipo de procedimento para ampliar a participação de mulheres na política, o que levou esses partidos aos maiores percentuais de dirigentes e representantes do sexo feminino.

No Brasil esse cenário não é diferente. Com a intenção de dar maiores oportunidades aos mais diversos segmentos, a partir da década de 1980 os partidos de esquerda passaram a incluir em seus estatutos itens relacionados à participação e organização de mulheres no âmbito político e partidário (Reis, 2010). Norris (2003) também aponta que os partidos alinhados à esquerda foram aqueles que tomaram a iniciativa de estimular a organização feminina. Nossos dados demonstram que o maior contingente das mulheres do universo analisado encontra-se no PT, partido classificado como de esquerda.

A Tabela 4 traz os números das “deputadas-funcionárias” eleitas por partido político:

Tabela 5 – Número absoluto e percentual de deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas por partido entre 1982 e 2010

		Frequência	Porcentual
Válido	PCdoB	3	5,9
	PDS	4	7,8
	PDT	3	5,9
	PFL/DEM	4	7,8
	PMDB	9	17,6
	PPB	1	2,0
	PPS	1	2,0
	PSB	2	3,9
	PSDB	8	15,7
	PT	13	25,5
	PTB	2	3,9
	PTdoB	1	2,0
	Total	51	100,0

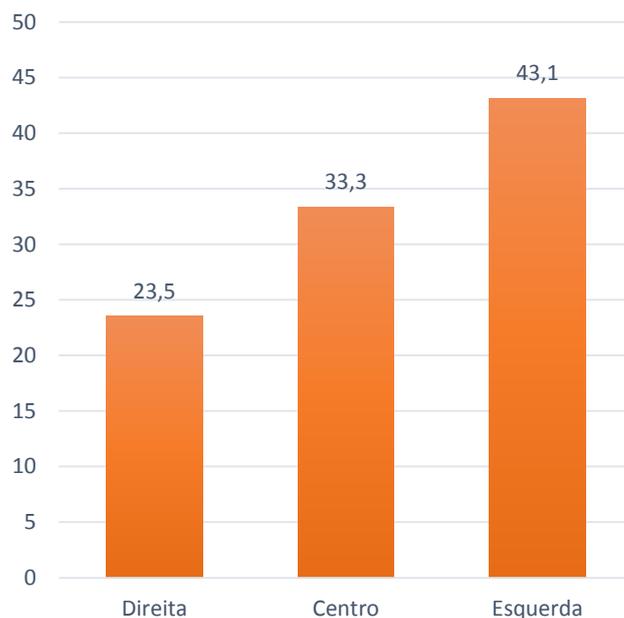
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 51 (mandatos)

Quando avaliamos o contexto político como um todo, a maior parte das mulheres que se candidatam para a Câmara Federal é eleita por grandes partidos como PT, PMDB, PSDB E DEM, aqueles que têm conseguido o maior número de cadeiras na Casa (REIS, 2010). Resultado semelhante ao encontrado na análise deste grupo específico, com o PT e o PMDB sendo os partidos que mais elegeram essas parlamentares.

Se agregarmos esses partidos por ideologia, veremos que os partidos de esquerda são os maiores responsáveis por elegê-las.

Gráfico 4 – Percentual de deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas por partidos de direita, centro e esquerda entre 1982 e 2010



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (NUSP/UFPR).

N = 51 (mandatos)

As parlamentares que foram eleitas por **partidos de direita** (23,5%) vieram principalmente da alta burocracia estatal, e 58,3% destas ocupavam cargos de chefe, coordenadora, superintendente e diretoras de estatais; 33,3% eram funcionárias de baixo escalão do serviço público e somente 8,3% vieram do médio funcionalismo, mais especificamente da coordenação de repartição.

Os **partidos de centro** também apresentam número elevado de deputadas vindas do alto escalão (41,2%), todas oriundas de cargos como chefe, coordenadora, superintendente e diretoras de estatais, enquanto as que ocupavam cargos de baixo e médio escalão apresentam maior variedade de ocupações dentro do serviço público como professoras – ensino fundamental, médio e superior – técnicas, coordenadoras de repartições, entre outros.

Entre as eleitas por **partidos de esquerda**, o perfil profissional é distinto: a maioria das parlamentares exerceram ocupações de baixo escalão (63,6%).

Das deputadas oriundas do baixo escalão, 78,6% eram professoras do ensino fundamental e médio. Entre as que ocupavam cargos no médio funcionalismo público, o perfil é heterogêneo, com a presença de professoras do ensino superior, médicas, policiais, fiscais e coordenadoras de repartições. E somente uma parlamentar eleita por partido de esquerda veio do alto funcionalismo, mais especificamente chefe, coordenadora, superintendente e diretoras de estatais.<sup>5</sup>

## Conclusões

A análise aqui empreendida sugere que as Deputadas provenientes do funcionalismo público brasileiro, em relação às demais parlamentares, possuem alguns benefícios - como flexibilidade de

<sup>5</sup> A deputada em questão é Antônia Lúcia Navarro Braga, ex-diretora da Fundação Social do Trabalho de João Pessoa. Após debutar na Câmara pelo PFL, em 1986, transferiu-se para o PDT e foi reeleita em 1990.

horários, licença para candidatar-se e, no caso de eleita, exercer a função política podendo retornar ao cargo público depois de cumprir mandato, por exemplo. Esses benefícios podem ser convertidos em recursos de *inclusividade* (os benefícios proporcionam maior disponibilidade para a dedicação à carreira política) e *representatividade eleitoral* (as ocupações podem conceder prestígio e publicidade).

Assim, podemos enumerar alguns achados:

1. Dentro do universo feminino, o número de mulheres que dispõe de recursos como flexibilidade de horários, licença para se candidatar e exercer cargo político, assim como o auxílio-creche, que a ocupação de funcionária pública pode proporcionar, é maior do que o número daquelas que não dispõem desses recursos. Isso se evidencia pelos dados que demonstram um declínio no contingente geral de mulheres (p.5), mas a estabilização das funcionárias públicas em 12%.
2. Quando comparado ao universo masculino de funcionários públicos, a igualdade quanto ao exercício da função, a licença para se candidatar e a flexibilidade de horários não consiste num indicador facilitador para a carreira política. Isso porque os homens que vêm do funcionalismo público são dominantes nesse universo (não apresentaram menos do que 84,8% do universo de ex-funcionários públicos eleitos para Câmara, enquanto as “deputadas funcionárias” não ultrapassaram 16,3% ao longo das legislaturas).
3. As “deputadas funcionárias” tendem a debutar diretamente no Legislativo Federal, enquanto estudos apontam que as demais mulheres normalmente iniciam suas carreiras no âmbito municipal e estadual (Araújo, 2010), apresentando um elevado grau de comprometimento com a política e uma carreira linear.
4. A ocupação no escalão do funcionalismo público em que essas mulheres estão inseridas parece ser uma importante fonte de recursos, como prestígio, por exemplo. Essas profissionais conseguiram converter o *status* conquistado (com o exercício de suas profissões/posições) em facilitadores para a carreira política – como parece indicar o predomínio de profissões intelectuais e de cargos de direção em todos os escalões do funcionalismo (enquanto as *ocupações técnicas* não apresentaram tanta representatividade).
5. A inclusividade feminina no campo político do universo analisado é maior nos partidos de esquerda, aqueles que, segundo Norris (2003) e Reis (2010), foram os primeiros a adotarem medidas de incentivo para mulheres.
6. O crescimento de partidos como o PSDB e o PMDB a partir do ano 2000, em regiões como o Norte e Centro-oeste do país, sugere que pode haver uma abertura do âmbito regional para o federal capaz de ter possibilitado uma maior representatividade feminina no universo de funcionários públicos que concorrem a cargos eletivos. Uma representação feminina ainda pequena, mas crescente.
7. Os partidos de Centro e Direita tendem a recrutar mulheres do alto funcionalismo público, sobretudo chefes de estatais. Enquanto os partidos de esquerda tendem ao recrutamento no baixo funcionalismo público. Isso pode evidenciar que os partidos de centro, sobretudo, e de direita no Brasil valorizam mais capital individual e prestígio do que as ocupações dessas deputadas podem oferecer. Já os partidos de esquerda recrutam seus quadros de forma mais vertical, valorizando a formação política ao longo da carreira pública.

## Referências

- ARAÚJO, C. 2010. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto.
- BLAY, E. A. 2002. Mulher e Igualdade: cidadania e gênero. Instituto Teotônio Vilela. Brasília. *Revista Social Democracia Brasileira*, ano 01, n. 02, março.
- BOHN, S. 2007. Women and quality in the elections for the Senate. *Brazilian Political Science Review*, 1 (2), p. 74-107.
- BOLOGNESI, B. (2012). A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? *Paraná Eleitoral* v. 1, n. 2, p. 113-129.
- FERREIRA, A. P. L.; CODATO, A. 2014. Do serviço público à Câmara dos Deputados: o contorno sociopolítico dos parlamentares originários do funcionalismo público no Brasil (1982-2010). *Anais do V Seminário Nacional de Sociologia e Política*, Curitiba.
- KATZ, R.; MAIR, P. 1992. *Party Organizations*. Londres: Sage Publications.
- MARENCO DOS SANTOS, A. 2000. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MIGUEL, L. F. 2003. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 115-134.
- MILLER, M. C. 1995. *The High Priests of American Politics: The Role of Lawyers in American Political Institutions* (p. 244). Knoxville: University of Tennessee Press.
- NORRIS, P. *Electoral Engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge. Cambridge University Press, 2003
- \_\_\_\_\_; KROOK, M. L. 2014. Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, v. 62, p. 02-20.
- \_\_\_\_\_; LOVENDUSKI, J., 1997. United Kingdom. In P. Norris, ed. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 158–186.
- PRÁ, Jussara Reis. *Representação Política da Mulher no Brasil – 1982 a 1990: a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional*. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH, 1992.
- REIS, C. O. S. 2010. *Representação Política no Brasil: Uma análise do perfil das mulheres eleitas à Câmara dos Deputados (1986-2011)*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- RODRIGUES, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.

\* **Ana Paula Lopes Ferreira** é Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) do Departamento de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [ana.lopeso89@gmail.com](mailto:ana.lopeso89@gmail.com)

\*\* **Mariana Werner de Lemos** é Mestranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) do Departamento de Ciência Política e Sociologia da UFPR. E-mail: [nana.wma@hotmail.com](mailto:nana.wma@hotmail.com)

\*\*\* **Nárika Paola Sirino** é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da UFPR. E-mail: [narila.sirino@gmail.com](mailto:narila.sirino@gmail.com)

como citar:

Ferreira, Ana Paula Lopes et al. 2015. O perfil das deputadas federais com origem profissional no funcionalismo público eleitas entre 1982 e 2010. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.2, n. 8, junho. p. 1-14. ISSN 2359-2826

## Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:  
[oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com)

Copyright© 2015



observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826**

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp);  
Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs);  
Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria  
Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato  
Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

## **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/newsletter/> and subscriptions can be requested by email to [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) .